

EXCELENTÍSSIMO RELATOR CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO DA 2ª CÂMARA DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Auditoria nº 1.047.579**

**HIDERALDO HENRIQUE SILVA**, prefeito do município de Boa Esperança/MG, inscrito no CPF nº 757.697.356-00, cujo mandato eletivo é cumprido na Praça Padre Júlio Maria, 40, Centro, Boa Esperança/MG, vem, representados por seus procuradores devidamente constituídos, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar as **seguintes informações e esclarecimentos**, com fulcro nos artigos 140, §1º e §2º c/c 281 e seguintes do RITCE/MG, nos termos das razões de fato e de direito a seguir expostas.

**I. TEMPESTIVIDADE**

1. Conforme se extrai dos autos, o ofício de nº 18.689, endereçado ao auditado, fora juntado aos autos no dia 05.05.2021, cujo termo de vencimento finda-se em 20.05.2021, conforme norma do artigo 151, §1º e §2º do RITCE/MG<sup>1</sup>.

**II – DOS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS**

2. Trata-se de Auditoria instaurada nos conformes dos artigos 281 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, cujo intuito é obter informações

---

<sup>1</sup> Art. 151. Determinada a abertura do contraditório ou a realização de diligência, o processo será remetido à unidade competente para que formalize a citação ou intimação e o controle de prazo.

§ 1º O prazo para apresentação de defesa será de 30 (trinta) dias improrrogáveis.

§ 2º As diligências determinadas pelo Tribunal deverão ser cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias, se outro não for fixado pelo Relator.

referentes à retomada das obras para conclusão da Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na Rua Aureliano Barbosa s/n, esquina com Rua João da Cunha s/n, Bairro Vila do Toco em Boa Esperança/MG, decorrente do Termo de Compromisso nº 76/3561, este firmado com Secretaria Estadual de Saúde.

3. Conforme depreende-se do caderno processual, esta Auditoria havia sido arquivada em decorrência da mora do Estado de Minas Gerais em promover com a repasse dos valores objeto do Termo de Compromisso nº 76/3561.

4. Adiante, com a efetivação da transferência do valor de R\$ 750.960,00 (setecentos e cinquenta mil novecentos e sessenta reais) em 03/02/2020, a presente Auditoria foi retomada e, em despacho recente, o douto relator cuidou por intimar o auditado a prestar as informações e juntar os seguintes documentos:

- 1) Projeto básico para retomada da obra;
- 2) Cópia integral do Processo Licitatório para retomada e conclusão da UBS;
- 3) Cronograma físico-financeiro para retomada e conclusão da UBS;
- 4) Contrato firmado para retomada e conclusão da obra;
- 5) Ordem de início de serviços expedida pela Prefeitura Municipal;
- 6) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos responsáveis pelo orçamento básico, fiscalização e execução da obra;
- 7) Designação formal do representante da Administração Municipal responsável pela fiscalização e acompanhamento da obra;
- 8) Medições dos serviços acompanhadas de relatório fotográfico;
- 9) Documentação relativa aos pagamentos efetuados (Notas de Empenho, Notas Fiscais, transferências bancárias e/ou demais pagamentos ao contratado);
- 10) Termos aditivos realizados com as respectivas justificativas técnicas;
- 11) Diários de obra;
- 12) Termo de recebimento provisório e definitivo;
- 13) Extrato da conta corrente do Banco do Brasil – Agência 173-2 Conta Corrente 29822-0 comprovando a transferência no valor de R\$750.960,00; e,
- 14) Comprovação do pleno funcionamento da UBS para atendimento da população local.

4. **Todavia, conforme se depreende da documentação anexa, as obras em questão ainda não tiveram início em razão da postura intransponível do Estado de Minas Gerais em exigir que a**

UBS fosse construída através de módulos pré-fabricados autoportantes em sistema Light Steel Framing (LSF).

5. Em via sumária, referido sistema exigiria a contratação de empresas de rara expertise e, inclusive, **geraria dificuldades na elaboração do instrumento convocatório**. Por tais razões, fora questionado se o sistema LSF poderia ser alterado pelo sistema de alvenaria tradicional.

6. Além disso, profissionais e empresas que se propõem a implementar o LSF no mercado nacional têm encontrado dificuldades como<sup>2</sup>:

i) o custo direto mais alto do sistema construtivo LSF em relação ao sistema tradicional, devido à baixa demanda do mercado para a tecnologia, que utiliza diversos componentes importados, a considerar, ainda, a alta cotação e volatilidade do dólar;

ii) para a instalação do LSF com montagem in loco, os fornecedores disponíveis no mercado não oferecerem o sistema construtivo em sua completude (fornecimento e montagem), mas sim um "sistema de produto" em que os componentes são comercializados separadamente e para o qual pode ser necessário contratar mão de obra de um terceiro especializado na montagem do sistema no canteiro; e

iii) incertezas quanto à ocorrência de patologias, assim como a baixa especialização dos profissionais em projetar e planejar a produção da tecnologia, adequando-a aos demais subsistemas da edificação;

6. Conforme se depreende dos e-mails anexos, a Secretaria Estadual solicitou que o pedido fosse formulado por via de ofício e, assim feito, seria processado perante a repartição competente.

7. Após a expedição do Ofício nº 064/2020 (anexo), **a Secretaria Estadual cuidou por indeferir o pedido em Julho de 2020 de substituição do sistema LSF**, compelindo o ente municipal a realizar

---

2 ROCHA, A. C. Análise Comparativa de Planejamento e Custo de Fachadas de Edifício de Múltiplos Pavimentos Com as Tecnologias Tradicional E com Chapas Delgadas Estruturadas em Light Steel Framing. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

um certame mais complexo, no qual exigiu-se adaptações aos editais até então constantes nos bancos de dados públicos.

8. Não suficiente, importante expor que boa parcela da “mora” na retomada das obras se deu em virtude da deterioração das estruturas implementadas no local, em razão da paralisação do cronograma por ausência de recursos do Estado, o que consubstanciou na necessidade de análise sobre os danos e impactos para viabilizar economicamente e referida retomada.

9. **Ou seja: no presente caso auditado não há nenhuma mora da gestão local em aplicar os recursos repassados, mas, tão somente a preocupação e o zelo da administração municipal em melhor atender o interesse público objeto do Termo de Compromisso nº 76/3561, a frisar: o pressuposto jurídico de qualquer procedimento licitatório.**

10. Doutos Conselheiros, o pressuposto jurídico das contratações públicas encontra-se intimamente ligado ao próprio fato concreto, o qual deve servir ao interesse público, e não o contrário. A licitação não é um fim em si mesmo, mas um meio para chegar a um objetivo, através da seleção mais vantajosa para a Administração Pública.<sup>3</sup>

11. Ademais, importa salientar que não há má utilização dos valores repassados pelo Estado, conforme se verifica pelo extrato bancário anexo (Banco do Brasil – Agência 173-2 Conta Corrente 29822-0).

12. Em soma, necessário salientar que, em que pese a postura inarredável do Estado de Minas Gerais, **o procedimento licitatório encontra-se em movimento**, com **edital devidamente publicado (Edital nº 05/2021)**, e **Lei de Abertura de Crédito Adicional Especial devidamente aprovada (Lei Municipal nº 5.420/2021) (DOC ANEXOS).**

---

3DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas ed., 1999, p. 254

13. Por conseguinte, roga-se aos doutos conselheiros que o presente julgamento de posturas deve levar em conta os ditames da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, em especial, às normas dos artigos 22, 24 *in verbis*:

**Art. 22.** Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

**Art. 24.** A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

14. Em soma, destaca-se que o contexto fático vivido pelas municipalidades brasileiras não permite a aplicação de normas em abstrato, sobretudo, em razão dos desafios vividos pela gestão no combate à pandemia do COVID-19, na qual há relevante queda de arrecadação e alocação de significativos recursos públicos.

15. Também não há que se falar em aplicação de multa ao Recorrente, haja vista que o art. 28 da LINDB prevê que a responsabilização pessoal do agente por suas decisões só se aplicam em caso de dolo ou erro grosseiro:

**Art. 28.** O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

16. Ora, Excelências, ainda que se apure qualquer irregularidade procedimental, não há como concluir pela prática de ato doloso ou erro grosseiro do gestor local, eis que a retomada das obras da UBS em testilha somente não ocorreu em razão das posturas intransponíveis do Estado de Minas Gerais em melhor atender ao interesse público, bem como das dificuldades técnicas e locais para a

edição do instrumento convocatório necessário para contratação de empresa especializada em sistema de LSF.

17. Portanto, a aplicação da LINDB ao caso concreto é fundamental, em conformidade com o mais recente entendimento deste TCEMG:

“No entanto, deve-se atentar, consoante o art. 28 da LINDB, que esta Corte somente deverá exercer seu poder punitivo quando, considerando a realidade do sujeito controlado e as possíveis interpretações válidas acerca da norma de regência, constatar que o agente praticou o ato que contraria a ordem jurídica com dolo ou erro grosseiro. (Recurso Ordinário n. 1077003, rel. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, publicação em 6 de março de 2020).

“AUSÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO. LINDB. AFASTADA APLICAÇÃO DE SANÇÃO. [...] Afasto, no entanto, a responsabilidade do Sr. Mannasses Alcebíades Franco, pois, ainda que tenha homologado o certame, não visualizei erro grosseiro em sua conduta, especificamente quanto a esta irregularidade contida no bojo edital, de difícil percepção ao Chefe do Executivo Municipal.” (Denúncia n. 958376, rel. Conselheiro Substituto Adonias Monteiro, publicação em 13 de fevereiro de 2020).

18. Portanto, restando por impossível o cumprimento integral da primeira parte do despacho proferido por V. Exa., notadamente, dos documentos vinculados à finalização do procedimento licitatório, o auditado requer a juntada da vasta documentação, em atenção à parte final da ordem emanada;

#### **IV - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS**

19. Ante ao exposto, requer-se o arquivamento da presente Auditoria, tendo em vista a plausibilidade das alegações trazidas pelo auditado sobre o estado atual da retomada das obras da Unidade Básica de Saúde (UBS), decorrente do Termo de Compromisso nº 76/3561.

20. Requer-se a juntada da documentação anexa a estes esclarecimentos.

21. Requer, ainda, provar os alegados por todos os meios de prova admitidos, em especial, pela prova documental e pericial.

22. Ademais, requer que todas as publicações sejam feitas em nome dos Drs. Wederson Advíncula Siqueira OAB/MG 102.533, sob pena de nulidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 19 de Maio de 2021.

**Mateus de Moura Lima Gomes**  
OAB/MG 105.880

**Wederson Advíncula Siqueira**  
OAB/MG 102.533

**Luiz Fernando P. Peixoto**  
OAB/MG 154.394

**Matheus Prates de Oliveira**  
OAB/MG 141.238